



Habeas Corpus nº 0199119-9

Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

Impetrado: Juízo de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Caruaru

Impetrante / Paciente: Michele Silva Santos

Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade

Procuradora de Justiça Convocada: Dra. Maria Tereza de Oliveira e Silva

EMENTA: PROCESSUAL PENAL E PENAL - HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO - CRIME DE ASSOCIAÇÃO AO TRÁFICO DE DROGAS -- ARTIGO 35, DA LEI Nº 11.343/06 - EXCESSO DE PRAZO - IMPROCEDENTE - DEMORA JUSTIFICÁVEL - A CONCESSÃO DA ORDEM EM SEDE DE HABEAS CORPUS EM RAZÃO DA CONFIGURAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO É MEDIDA DE TODO EXCEPCIONAL, SOMENTE ADMITIDA NOS CASOS EM QUE A DILAÇÃO SEJA DECORRÊNCIA EXCLUSIVA DE DILIGÊNCIAS SUSCITADAS PELA ACUSAÇÃO OU RESULTE DA INÉRCIA DO PRÓPRIO APARATO JUDICIAL, EM DESOBEDIÊNCIA AO PRINCÍPIO DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO, PREVISTO NO ARTIGO 5º, INCISO LXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (PRECEDENTES DO STJ) - ORDEM DENEGADA - DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus nº 0199119-9, da 4ª Vara Criminal da Comarca de Caruaru, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Estado de Pernambuco, por decisão unânime, em DENEGAR a presente ordem de Habeas Corpus, tudo consoante consta do relatório e voto digitados em anexo, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 26 de Janeiro de 2010.


Des. Romero de Oliveira Andrade
Relator



Habeas Corpus nº 0199119-9

Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

Impetrado: Juízo de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Caruaru

Impetrante / Paciente: Michele Silva Santos

Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade

Procuradora de Justiça Convocada: Dra. Maria Tereza de Oliveira e Silva

RELATÓRIO

MICHELE SILVA SANTOS impetrou, em causa própria, a presente ordem de *HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO LIMINAR*, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Caruaru.

Emerge da inicial que a paciente encontra-se presa desde o **dia 31 de março de 2009**, recolhida na Colônia Penal de Buíque, sendo denunciada nos autos da **ação penal nº 213.2009.002092-7**, que, até data de impetração da presente ordem, não teve a instrução concluída.

Alegou a impetrante que, desde o momento da prisão, ainda não foi ouvida em juízo, evidenciando, com isso, claro **constrangimento ilegal por excesso de prazo**, sem que tenha havido culpa da defesa.

A inicial veio acompanhada de documentos, às fls. 04/05

Indeferido o pedido de liminar, às fls. 12/13.

Informações prestadas pela autoridade impetrada às fls. 26/27, esclarecendo que a 4ª Vara Criminal daquela Comarca não conta com Juiz Titular desde sua instalação em 2008 e que a demora no andamento processual deve-se ao elevado número de feitos que tramitam naquele juízo.

Acresceu o magistrado que sua atuação naquele juízo é cumulativa e que o processo nº 213.2009.002092-7 encontra-se com remessa ao Ministério Público de 1º grau para pronunciamento acerca do pedido de liberdade provisória formulado pela defesa de um dos acusados.

RMCCO (HC 0199119-9)

Fórum Thomaz de Aquino - Av. Martins de Barros, 593 - 2º andar - Santo Antônio - RECIFE-PE CEP.50520-050
Telefone: (0 XX 81) 3419 3640/Fax:3419 3643 Celulares: (0 XX 81) 96016221 ou (0 XX 81) 99729784
E-mail: roan@tjpe.jus.br



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

188



A ilustre Procuradora de Justiça Convocada, Dra. Maria Tereza de Oliveira e Silva, ofereceu parecer às fls. 31/35, opinando pela denegação da ordem.

É o relatório.

Recife, 26 de Janeiro de 2010.


Des. Romero de Oliveira Andrade
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

Habeas Corpus nº 0199119-9

Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

Impetrado: Juízo de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Caruaru

Impetrante / Paciente: Michele Silva Santos

Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade

Procuradora de Justiça Convocada: Dra. Maria Tereza de Oliveira e Silva

VOTO DO RELATOR

Senhores Desembargadores.
Senhor(a) Procurador(a) de Justiça.

Como anotado alhures, a paciente encontra-se custodiada desde o dia 31 de março de 2009, por força de prisão em flagrante, sendo denunciada juntamente com ALAINE CRISTINA CHALERGE DE ASSIS SILVA e MICHEL BRUNO SÁTIRO DA SILVA, todos incurso nas sanções do **artigo 35 da Lei nº 11.343/2006** (*crime de associação ao tráfico de drogas*).

Esclareceu o magistrado que a demora no andamento do processo-crime nº 213.2009.002092-7 foi motivada por deficiência da máquina estatal, encontrando-se a 4ª Vara Criminal da Comarca de Caruaru com elevado número de feitos em trâmite além do fato de não contar com magistrado titular desde a sua instalação no ano de 2008.

Informou, ainda, que o supracitado feito criminal teve denúncia ofertada contra 03 (três) indivíduos e que a audiência designada para o dia 21 de dezembro de 2009 deixou de ser realizada em virtude de os acusados não terem sido conduzidos a Juízo.

Pois bem.

Repousa na doutrina jurídica e na jurisprudência o entendimento no sentido de que o excesso de prazo que gera ilegalidade na custódia provisória é somente aquele que perdura mais tempo que o previsto em lei, sem que haja justificativa plausível, afrontando ao consagrado princípio da razoabilidade.



De fato, a paciente encontra-se presa desde o dia 31 de março de 2009, sendo denunciada com mais 03 (três) pessoas em 11 de maio do mesmo ano, acusada de associar-se ao tráfico de drogas (fls. 26/27).

Entendo, todavia, que a arguida demora no término da instrução criminal não tem o condão de eivar de ilegalidade a segregação provisória, se levado em consideração o juízo de razoabilidade, haja vista a acusada encontrar-se custodiada por força de prisão em flagrante, restando claro o argumento de prova da materialidade e indícios suficientes de autoria, atendendo aos pressupostos que tornam a prisão conveniente e necessária.

É importante ressaltar, ainda, que para a custódia provisória resultar em constrangimento ilegal faz-se necessário que haja evidente afronta ao consagrado princípio da razoabilidade.

No caso em tela, conforme verificado nas informações prestadas pelo magistrado em exercício cumulativo, não se percebe no trâmite processual qualquer ocorrência que possa caracterizar abuso ou ilegalidade por parte da autoridade apontada como coatora.

Verifica-se, ao revés, que a instrução criminal vem sendo conduzida de maneira hábil e prudente, conforme ficha de movimentação extraída do Sistema de Consulta do Judwin anexada ao presente voto, e que a delonga para a sua conclusão vem sendo ocasionada pela grande demanda jurisdicional.

De mais a mais, é de conhecimento de todos que o número de magistrados tem sido insuficiente para os processos em trâmite, de modo que muitos têm acumulado processos de mais de uma Vara ou Comarca, sendo, clestarte, prudente o princípio da razoabilidade nortear as questões relativas à verificação de ocorrência de excesso de prazo.

Neste diapasão é o entendimento jurisprudencial:

STJ: "HABEAS CORPUS - TRÁFICO DE ENTORPECENTES - PRISÃO PREVENTIVA - IDÔNEA FUNDAMENTAÇÃO - ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - COAÇÃO NÃO VERIFICADA - 1. Não se pode falar em ausência de fundamentos para a manutenção da custódia processual do paciente quando vem calcada na necessidade de se garantir a ordem pública, diante de fatos concernentes a sua atuação dentro da organização criminosa. AÇÃO PENAL. EXCESSO DE PRAZO. COMPLEXIDADE. PLURALIDADE DE RÉUS. CITAÇÃO EDITALÍCIA. NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO



DE PRECATÓRIAS. DEMORA JUSTIFICADA. AUSÊNCIA DE DESÍDIA DO ESTADO-JUIZ. CONSTRANGIMENTO NÃO EVIDENCIADO. 1. Os prazos para a conclusão da instrução criminal não são peremptórios, podendo ser flexibilizados diante das peculiaridades do caso concreto, em atenção e dentro dos limites da razoabilidade. 2. Não se constata, na hipótese, negligência da autoridade judiciária na condução do feito, sendo o maior tempo necessário à prática dos atos da instrução justificado pela pluralidade de denunciados, presos em comarcas distintas, sendo necessária a citação por edital de co-réu e a expedição de precatórias para seus interrogatórios. Precedentes. 3. *Ordem denegada*" (HC 107280/SP 2008/0114660-7, Ministro JORGE MUSSI (1138), T5 - QUINTA TURMA, Data do Julgamento: 11/11/2008, DJe 01/12/2008)

STJ: "HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO - TRÁFICO DE DROGAS - APREENSÃO DE 256 GRAMAS DE COCAÍNA - RÉU PRESO EM FLAGRANTE EM 16.09.08 - EXCESSO DE PRAZO (09 MESES) JUSTIFICADO - INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL - INCIDENTE DE DEPENDÊNCIA TOXICOLÓGICA A PEDIDO DA DEFESA - PARECER DO MPF PELA DENEGAÇÃO DO WRIT - ORDEM DENEGADA. 1 - A vedação de concessão de liberdade provisória, na hipótese de acusados da prática de tráfico ilícito de entorpecentes, encontra amparo no art. 44 da Lei 11.343/06 (nova Lei de Tóxicos), que é norma especial em relação ao parágrafo único do art. 310 do CPP e à Lei de Crimes Hediondos, com a nova redação dada pela Lei 11.464/2007. 2. Referida vedação legal é, portanto, razão idônea e suficiente para o indeferimento da benesse, de sorte que prescinde de maiores digressões a decisão que indefere o pedido de liberdade provisória, nestes casos. 3. Ademais, no caso concreto, presentes indícios veementes de autoria e provada a materialidade do delito, a manutenção da prisão cautelar encontra-se plenamente justificada na garantia da ordem pública, tendo em vista a quantidade de entorpecente apreendido (256 gramas de cocaína). 4. A concessão de Habeas Corpus em razão da configuração de excesso de prazo é medida de todo excepcional, somente admitida nos casos em que a dilação (A) seja decorrência exclusiva de diligências



suscitadas pela acusação; (B) resulte da inércia do próprio aparato judicial, em obediência ao princípio da razoável duração do processo, previsto no art. 5º, LXXVIII da Constituição Federal; ou (C) implique em ofensa ao princípio da razoabilidade. 5. No presente caso, a dilação para a conclusão da instrução pode ser debitada à complexidade do feito, evidenciada pelo pedido da defesa para a instauração incidente de dependência toxicológica. 6. Ordem denegada, em conformidade com o parecer ministerial" (HC 131484 / SP 2009/0048457-9, Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO (1133), T-5, Data do Julgamento: 18/06/2009, Data da Publicação/Fonte: DJe 10/08/2009)

Assim sendo, acolho o parecer oferecido pelo Órgão Ministerial de 2º Grau e voto pela DENEGAÇÃO da ordem.

É como voto.

Recife, 26 de Janeiro de 2010.


Des. Romero de Oliveira Andrade
Relator